

Gestão de Canais de Denúncia (Whistleblowing)



O que vai aprender nesta formação?

- Compreender os objectivos da Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2019;
- Conhecer o âmbito de aplicação da Lei n.º 93/2021, de 20 de Dezembro;
- Aprender os meios de denúncia e divulgação pública;
- Identificar formas de atuação perante o conhecimento de uma infração;
- Perceber as medidas de proteção do denunciante;
- Reconhecer as obrigações emergentes deste regime;
- Compreender o regime de contraordenações;
- Implementar e gerir canais de denúncias.

Destinatários

- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Dirigentes em cargos de direção superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadoras/es das carreiras especiais

Como está organizado o programa?

1. Os diplomas estruturantes do Contencioso Administrativo: o ETAF e o CPTA
2. Âmbito material da jurisdição administrativa
3. Elementos essenciais da causa e pressupostos processuais
 - 3.1. Elementos essenciais da causa: os sujeitos, o pedido e a causa de pedir
 - 3.2. Pressupostos processuais
 - 3.2.1. Noção
 - 3.2.2. Pressupostos relativos ao tribunal
 - 3.2.3. Pressupostos relativos aos sujeitos processuais
 - 3.2.4. Pressupostos relativos ao processo
4. Os meios processuais e o fim do dualismo processual no contencioso administrativo operado pelo CPTA revisto
 - 4.1. Apresentação geral dos meios processuais no CPTA revisto
 - 4.2. A distinção entre as formas de processo principais (normais e urgentes) e os procedimentos cautelares
5. A ação administrativa
 - 5.1. Aspetos gerais
 - 5.2. Os tipos de pedidos nominados e inominados
 - 5.3. Tramitação processual
 - 5.4. As ações contra particulares
 - 5.5. As ações inter-administrativas

6. Os processos urgentes

6.1. Noção e aspetos gerais

6.2. Os vários tipos de processos e os respetivos regimes

6.2.1. Contencioso eleitoral

6.2.2. Contencioso dos procedimentos de massa

6.2.3. Contencioso pré-contratual

6.2.4. Intimação para prestação de informações, consulta de documentos ou passagem de certidões

6.2.5. Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias

7. As providências cautelares

7.1. Características da tutela cautelar

7.2. A plenitude da proteção: a universalidade das providências admitidas

7.3. Os (revistos) critérios de concessão de tutela cautelar

7.4. O decretamento provisório da providência

7.5. A decisão antecipada do processo principal no processo cautelar

7.6. Outros aspetos de regime da tutela cautelar

8. O processo executivo administrativo

9. Recursos jurisdicionais

10. Arbitragem administrativa e (outros) meios de resolução alternativa de litígios no CPTA revisto

11. A reforma (de 2015) do Contencioso Administrativo: análise crítica

12. A (nova) reforma do Contencioso Administrativo em curso: comentário e perspetivas

Vertente prática

13. Prática processual administrativa

13.1. Redação e estruturação de peças processuais

13.1.1. Petição Inicial e respetiva Contestação (processos principais e urgentes)

13.1.2. Requerimento Inicial e respetiva Oposição (processos cautelares)

13.1.3. Alegações e Contra-alegações (recursos)

13.2. Estruturação e elaboração de (alguns) outros documentos inerentes ao contencioso administrativo

13.2.1. O “processo administrativo” ou “processo instrutor”

14. A declaração de reconhecimento de que o “diferimento da execução [do ato] seria gravemente prejudicial para o interesse público” (artigo 128.º, n.º 1 do CPTA)

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- Orientação para o Serviço Público
- Análise Crítica e Resolução de Problemas
- Tomada de Decisão

Qual o valor da propina?

70€

Requisitos gerais de acesso

Inscrição

Formadores

Patrick Simões

Docente, formador, consultor, investigador e autor nas áreas de Direito, Auditoria, Segurança e *Compliance*, com destaque para o *Whistleblowing System*. Tem experiência como inspetor, auditor e jurista na Administração Pública. Arbitro em Direito Administrativo e Laboral.

Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Auditoria, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa. Pós-graduado em diversas áreas do Direito e licenciado pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa. Licenciado em Geografia e Planeamento Regional – Maior em Planeamento Regional – pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Área de Formação: **Interesse e Serviço Público**

Área Temática: **Integridade**

Data(s): **05/06/2025 - 06/06/2025**

Duração: **7 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

[Visitar página do Curso](#)

Ficheiro descarregado a: 01/05/2025

